



IGREJA PRESBITERIANA DOBRASIL

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

Desde Julho de 1643 até Fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo Parlamento Inglês, para preparar uma nova base de doutrina e forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado nos Três Reinos. [Inglaterra, Escócia e País de Gales]

Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei Carlos I, e durante as sessões do Concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.

O Parlamento não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Fé foi aprovada, mas apenas poucos meses a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a Igreja do Estado na Inglaterra.

A Confissão de Westminster foi a última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da Igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se "credos", os do segundo "confissões". Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra "Creio". A Confissão de Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.

A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas ou Presbiterianas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas têm podido formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os presbiterianos de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do Evangelho.

No tempo em que se reuniu a Assembléia, e por muito tempo antes, todos sustentavam a necessidade da união da Igreja e do Estado, e originalmente havia no Capítulo que trata do Magistrado Civil uma secção ensinando essa necessidade.

Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa secção foi omitida, pois ali quase todos entendiam que a Igreja devia estar livre de toda união com o Estado, sendo ambos livres e independentes na esfera que lhes pertence. Em 1887, ou quase cem anos mais tarde, a Igreja geralmente chamada Igreja do Norte eliminou a última parte da Secção IV do Capítulo XXIV, que dizia :

"O viúvo não pode desposar nenhuma parenta carnal de sua mulher nos graus de parentesco em que não possa desposar uma das suas próprias parentas, nem a viúva poderá casar-se com um parente carnal de seu marido nos graus de parentesco em que não possa casar-se com um de seus próprios parentes".

O Sínodo do Brasil organizado em 1888 fez igual eliminação.

No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas mais importantes que, por serem de interesse geral, ficam aqui registradas. As duas Secções que foram modificadas, rezam do modo seguinte :

CAPÍTULO XVI - SECÇÃO VII

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão de não procederem de um coração purificado pela fé, elas não são feitas devidamente - segundo a Palavra - nem para um fim justo - a glória de Deus - e ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO XXV - SECÇÃO VI

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra o nosso Senhor Jesus Cristo.

Também foram acrescentados mais dois Capítulos à Confissão de Fé, que são os seguintes :

CAPÍTULO XXXIV - DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO XXXV - DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

CAPÍTULO I DA ESCRITURA SAGRADA

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Sl.19:1-4; Rm.1:32-2:1; Rm.1:19-20; Rm.2:14-15; I Co.1:21; I Co.2:13-14; Hb.1:1-2; Lc.1:3-4; Rm.15:4; Mt.4:4,7,10; Is.8:20; I Tm.3:15; II Pe.1:19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática :

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	1Reis	Eclesiastes	Obadias
Êxodo	2Reis	Cantares	Jonas
Levítico	1Crônicas	Isaías	Miquéias
Números	2Crônicas	Jeremias	Naum
Deuteronômio	Esdras	Lamentações	Habacuque
Josué	Neemias	Ezequiel	Sofonias
Juizes	Ester	Daniel	Ageu
Rute	Jó	Oséias	Zacarias
1Samuel	Salmos	Joel	Malaquias
2Samuel	Provérbios	Amós	

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	Efésios	Hebreus
Marcos	Filipenses	Tiago
Lucas	Colossenses	1Pedro
João	1Tessalonissenses	2Pedro
Atos	2Tessalonissenses	1João
Romanos	1Timóteo	2João
1Coríntios	2Timóteo	3João
2Coríntios	Tito	Judas
Gálatas	Filemom	Apocalipse

Ef.2:20; Ap.22:18-19; II Tm.3:16; Mt.11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Lc.24:27,44; Rm.3:2; II Pe.1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.

II Tm.3:16; I Jo.5:9, I Ts.2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.

I Tm.3:15; I Jo.2:20,27; Jo.16:13-14; I Co.2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.

II Tm.3:15-17; Gl.1:8; II Ts.2:2; Jo.6:45; I Co.2:9-10,12; I Co.11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

II Pe.3:16; Sl.119:105,130; At.17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.

Mt.5:18; Is.8:20; II Tm.3:14-15; I Co.14:6,9,11-12,24,27-28; Cl.3:16; Rm.15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

At.15:15; Jo.5:46; II Pe.1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Mt.22:29,31; At.28:25; Gl.1:10.

CAPÍTULO II DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perdições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Dt.6:4; I Co.8:4,6; I Ts.1:9; Jr.10:10; Jó 11:79; Jó 26:14; Jo.6:24; I Tm.1:17; Dt.4:15-16; Lc.24:39; At.14:11,15; Tg.1:17; I Rs.8:27; Sl.92:2; Sl.145:3; Gn.17:1; Rm.16:27; Is.6:3; Sl.115:3; Êx.3:14; Ef.1:11; Pv.16:4; Rm.11:36; Ap.4:11; I Jo.4:8; Êx.36:6-7; Hb.11:6; Ne.9:32-33; Sl.5:5-6; Na.1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.

Jo.5:26; At.7:2; Sl.119:68; I Tm.6:15; At.17:24-25; Rm.11:36; Ap.4:11; Hb.4:13; Rm.11:33-34; At.15:18; Pv.15:3; Sl.145:17; Ap.5:12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo, O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Mt.3:16-17; Mt.28:19; II Co.13:14; Jo.1:14,18; Jo.15:26; Gl.4:6.

CAPÍTULO III DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.

Is.45:6-7; Rm.11:33; Hb.6:17; Sl.5:4; Tg.1:13-17; I Jo.1:5; Mt.17:2; Jo.19:11; At.2:23; At.4:27-28; At.27:23-24,34.

II. Ainda que Deus saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

At.15:18; Pv.16:33; I Sm.23:11-12; Mt.11:21-23; Rm.9:11-18.

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

I Tm.5:21; Mc.5:38; Jd.6; Mt.25:31,41; Pv.16:4; Rm.9:22-23; Ef.1:5-6.

IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

Jo.10:14-16,27-28; Jo.13:18; II Tm.2:19.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Ef.1:4,9,11; Rm.8:30; II Tm.1:9; I Ts.5:9; Rm.9:11-16; Ef.1:19; Ef.2:8-9.

VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

I Pe.1:2; Ef.1:4; Ef.2:10; II Ts.2:13; I Ts.5:9-10; Tt.2:14; Rm.8:30; Ef.1:5; I Pe.1:5; Jo.6:64-65; Jo.17:9; Rm.8:28; I Jo.2:19.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.

Mt.11:25-26; Rm.9:17-22; II Tm.2:20; Jd.4; I Pe.2:8.

VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece

motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação.

Rm.9:20; Rm.11:23; Dt.29:29; II Pe.1:10; Ef.1:6; Lc.10:20; Rm.5:33; Rm.11:5-6,10.

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

I. Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

Rm.9:36; Hb.1:2; Jo.1:2-3; Rm.1:20; Sl.104:24; Jr.10:12; Gn.1:1-31; At.17:24; Cl.1:16; Êx.20:11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Gn.1:27; Gn.2:7; Sl.8:5; Ec.12:7; Mt.10:28; Rm.2:14-15; Cl.3:10; Gn.3:6.

CAPÍTULO V DA PROVIDÊNCIA

I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Ne.9:6; Sl.145:14-16; Dn.4:34-35; Sl.135:6; Mt.10:29-31; Pv.15:3; II Cr.16:9; At.15:18; Ef.1:11; Sl.33:10-11; Ef.3:10; Rm.9:17; Gn.45:5.

II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente.

Jr.32:19; At.2:13; Gn.8:22; Jr.31:35; Is.10:6-7.

III. Na sua providência ordinária Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu arbítrio.

At.27:24,31; Is.55:10-11; Os.1:7; Rm.4:20-21; Dn.3:27; Jo.11:34-45; Rm.1:4.

IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensação mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.

Is.45:7; Rm.11:32-34; At.4:27-28; Sl.76:10; II Rs.19:28; At.14:16; Gn.50:20; Is.10:12; I Jo.2:16; Sl.50:21; Tg.1:17.

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais intimamente e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.

II Cr.32:25-26,31; II Sm.24:1,25; Lc.22:31-32; II Co.12:7-9.

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado; além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás: assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Rm.1:24-25,28; Rm.11:7; Dt.29:4; Mc.4:11-12; Mt.13:12; Mt.25:29; II Rs.8:12-13; Sl.81:11-12; I Co.2:11; II Co.11:3; Êx.8:15,32; II Co.2:15-16; Is.8:14.

VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo muito especial ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela.

Am.9:8-9; Mt.16:18; Rm.8:28; I Tm.4:10.

CAPÍTULO VI DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.

Gn.3:13; II Co.11:3; Rm.11:32; Rm.5:20-21.

II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.

Gn.3:6-8; Rm.3:23; Gn.2:17; Ef.2:1-3; Rm.5:12; Gn.6:5; Jr.17:9; Tt.1:15; Rm.3:10-18.

III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.

At.17:26; Gn.2:17; Rm.5:12,16-19; I Co.15:21-22,45,49; Sl.51:5; Gn.5:3; Jo.3:6.

IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Rm.5:6; Rm.7:18; Rm.5:7; Cl.1:21; Gn.6:5; Gn.8:21; Rm.3:10-12; Tg.1:14-15; Ef.2:2-3; Mt.15:19.

V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado.

Rm.7:14,17-18,21-23; Tg.3:2; I Jo.1:8-10; Pv.20:9; Ec.7-20; Gl.5:17.

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

I Jo.3:4; Rm.2:15; Rm.3:9,19; Ef.2:3; Gl.3:10; Rm.6:23; Ef.6:18; Lm.3:39; Mt.25:41; II Ts.1:9.

CAPÍTULO VII DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.

Jó 9:32-33; Sl.113:5-6; At.17:24-25; Lc.17:10.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.

Gl.3:12; Rm.5:12-14; Rm.10:5; Gn.2:17; Gl.3:10.

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.

Gl.3:21; Rm.3:20-21; Rm.8:3; Is.42:6; Gn.3:15; Mt.28:18-20; Jo.3:16; Rm.1:16-17; Rm.10:6-9; At.13:48; Ez.36:26-27; Jo.6:37,44-45; Lc.11:13; Gl.3:14.

IV. Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.

Hb.9:15-17.

V. Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensação chama-se o Velho Testamento.

II Co.3:6-9; Rm.6:7; Cl.2:11-12; I Co.5:7; I Co.10:14; Hb.11:13; Jo.8:36; Gl.3:7-9,14.

VI. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância mas um e o mesmo sob várias dispensações.

Cl.2:17; Mt.28:19-20; I Co.11:23-25; Hb.12:22-24; II Co.3:9-11; Lc.2:32; Ef.2:15-19; Lc.22:20; Gl.3:14-16; At.15:11; Rm.3:21-22,30; Rm.4:3,6,16-17,23-24; Hb.1:1-2.

CAPÍTULO VIII DE CRISTO, O MEDIADOR

I. Aprove a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

Is.42:1; I Pe.1:19-20; I Tm.2:5; Jo.3:16; Dt.18:15; At.3:20-22; Hb.5:5-6; Is.9:6-7; Lc.1:33; Hb.1:2; Ef.5:23; At.17:31; II Co.5:10; Jo.17:6; Ef.1:4; I Tm.2:56; I Co.1:30; Rm.8:30.

II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.

Jo.1:1,14; I Jo.5:20; Fp.2:6; Gl.4:4; Hb.2:14,17; Hb.4:15; Lc.1:27,31,35; Mt.16:16; Cl.2:9; Rm.9:5; Rm.1:3-4; I Tm.2:5.

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência. Aproveu ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse.

Sl.45:5; Jo.3:34; Hb.1:8-9; Cl.2:3; Cl.1:9; Hb.7:26; Jo.1:14; At.10:38; Hb.12:24; Hb.5:4-5; Jo.5:22,27; Mt.28:18.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei, que ele cumpriu perfeitamente; padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.

Sl.40:7-8; Hb.10:5-6; Jo.4:34; Fp.2:8; Gl.4:4; Mt.3:15; Mt.5:17; Mt.26:37-38; Lc.22:24; Mt.27:46; At.2:24,27; At.13:37; I Co.15:4; Jo.20:25-27; Lc.24:50-51; II Pe.3:22; Rm.8:34; Hb.7:25; Rm.14:10; At.1:11, Jo.5:28-29; Mt.13:40-42.

V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Rm.5:19,25-26; Hb.10:14; Ef.1:11,14; Cl.1:20; II Co.5:18,20; Jo.17:2; Hb.9:12,15.

VI. Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Gl.4:45; Gn.3:15; Hb.3:8.

VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.

Jo.10:17-18; I Pe.3:18; Hb.9:14; At.20:28; Jo.3:13.

VIII. Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação.

Jo.6:37,39; Jo.10:15-16; I Jo.2:1; Jo.15:15; Ef.1:9; Jo.17:6; II Co.4:13; Rm.8:9,14; Rm.15:18-19; Jo.17:17; Sl.90:1; I Co.15:25-26; Cl.2:15; Lc.10:19.

CAPÍTULO IX DO LIVRE ARBITRIO

I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza.

Tg.1:14; Dt.30:19; Jo.5:40; Mt.17:12; At.7:51; Tg.4:7.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.

Ec.7:29; Cl.3:10; Gn.1:26; Gn.2:16-17; Gn.3:6.

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

Rm.5:6; Rm.8:7-8; Jo.15:5; Rm.3:9-10,12,23; Ef.2:1,5; Cl.2:13; Jo.6:44,65; I Co.2:14; Tt.3:3-5.

IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Cl.1:13; Jo.8:34,36; Fp.2:13; Rm.6:18,22; Gl.5:17; Rm.7:15,21-23; I Jo.1:8,10.

V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.

Ef.4:13; Jd.24; I Jo.3:2.

CAPÍTULO X DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

Jo.15:16; At.13:48; Rm.8:28-30; Rm.11:7; Ef.1:5,10; I Ts.5:9; II Ts.2:13-14; II Co.3:3,6; Tg.1:18; I Co.2:12; Rm.5:2; II Tm.1:9-10; At.26:18; I Co.2:10,12; Ef.1:17-18; II Co.4:6; Ez.36:26; Ez.11:19; Dt.30:6; Jo.3:5; Gl.6:15; Tt.3:5; I Pe.1:23; Jo.6:44-45; Sl.90:3; Jo.9:3; Jo.6:37; Mt.11:28; Ap.22:17.

II. Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provem de qualquer coisa prevista no homem; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.

II Tm.1:9; Tt.3:4-5; Rm.9:11; I Co.2:14; Rm.8:7-9; Ef.2:5; Jo.6:37; Ez.36:27; Jo.5:25.

III. As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer, Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.

Gn.17:7; Sl.105:8-10; Ez.16:20-21; Lc.18:15-16; At.2:39; Gl.3:29; Jo.3:8; Jo.16:7-8; I Jo.5:12; At.4:12.

IV. Os não eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo não se chegam nunca a Cristo e portanto não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável.

Mt.13:14-15; At.28:24; Mt.22:14; Mt.13:20-21; Mt.7:22; Hb.6:4-5; Jo.6:64-66; Jo.8:24; At.4:12; Jo.14:6; Jo.17:3; Ef.2:12; Jo.4:22; Jo.17:3; II Jo.9-11; I Co.16:22; Gl.1:6-8.

CAPÍTULO XI DA JUSTIFICAÇÃO

I. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.

Rm.8:30; Rm.3:24,27-28; II Co.5:19,21; Tt.3:5-7; Ef.1:7; Jr.23:6; Jo.1:12; Jo.6:44-45; At.10:43-44; Fp.1:20; Ef.2:8.

II. A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadores; não é uma fé morta, mas obra por amor.

Jo.1:12; Rm.3:28; Rm.5:1; Tg.2:17,22,26; Gl.5:6.

III. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles e como a obediência e satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores.

Rm.5:8-10,19; I Tm.2:5-6; Hb.10:10, 14; Rm.8:32; II Co.5:21; Mt.3:17; Ef.5:2; Rm.3:26; Ef.2:7.

IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo.

Gl.3:8; I Pe.1:2,19-20; Gl.4:4; I Tm.2:6; Rm.4:25; I Pe.1:21; Cl.1:21-22; Tt.3:4-7.

V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca possam decair do estado de justificação, poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus. e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.

Mt.6:12; I Jo.1:7,9; I Jo.2:1-2; Lc.22:32; Jo.10:28; Sl.89:31-33; Sl.32:5.

VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos. a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

Gl.3:9,13-14; Rm.4:22,24.

CAPÍTULO XII DA ADOÇÃO

I. Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados, a clamar "Abba, Pai"; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdaram as promessas, como herdeiros da eterna salvação.

Ef.1:5; Gl.4:4-5; Rm.8:17; Jo.1:12; Jr.14:9; II Co.6:18; Ap.3:12; Rm.8:15; Ef.3:12; Gl.4:6; Sl. 103:13; Pv.14.26; Mt.6:30,32; Hb.12:6; Lm.3:31-32; Ef.4:30; Hb.6:12; I Pe.1:3-4; Hb.1:14.

CAPÍTULO XIII DA SANTIFICAÇÃO

I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são além disso santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do

corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadores, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.

I Co.1:30; At.20:32; Fp.3:10; Rm.6:5-6; Jo.17:17,19; Ef.5-26; II Ts.2:13; Rm.6:6,14; Gl.5:24; Cl.1:10-11; Ef.3:16-19; II Co.7:1; Cl.1:28; Cl.4:12; Hb.12:14.

II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.

I Ts.5:23; I Jo.1:10; Fp.3:12; Gl.5:17; I Pe.2:11.

III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Rm.7:23; Rm.6:14; I Jo.5:4; Ef.4:15-16; II Pe.3:18; II Co.3:18-7:1.

CAPÍTULO XIV DA FÉ SALVADORA

I. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.

Hb.10:39; II Co.4:13; Ef.1:17-20; Ef.2:8; Mt.28:19-20; Rm.10:14,17; I Co.1:21; I Pe.2:2; Rm.1:16-17; Lc.22:19; Jo.6:54-56; Rm.6:11; Lc.17:5; Lc.22:32.

II. Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.

Jo.6:42; I Ts.2:13; I Jo.5:10; At.24:14; Mt.22:37-40; Rm.16:26; Is.66:2; Hb.11:13; I Tm.6:8; Jo.1:12; At.16:31; Gl.2:20; At.15:11.

III. Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória, atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é não somente o autor, como também o consumidor da fé.

Rm.4:19-20; Mt.6:30; Mt.5:10; Ef.6:16; I Jo.4:5; Hb.6:11-12; Hb.10:22; Hb.12:2.

CAPÍTULO XV DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

I. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho como a da fé em Cristo.

At.11:18; Lc.24:47; Mc.1:15; At.20:21.

II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.

Ez.18:30-31; Ez.34:31; Sl.51:4; Jr.31:18-19; II Co.7:11; Sl.119:6,59,106; Mt.21:28-29.

III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele, o que é ato da livre

graça de Deus em Cristo, contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão.

Ez.36:31-32; Ez.16:63; Os.14:2,4; Rm.3:24; Ef.1:7; Lc.13:3,5; At.17:30,31.

IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.

Rm.6:23; Mt.12:36; Is.55:7; Ro.8:1; Is.1:18.

V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.

Sl.19:13; Lc.19:8; I Tm. 1:13,15.

VI. Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas, fazendo o que, achará misericórdia, se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.

Sl.32:5-6; Pv.28:13; I Jo.1:9; Tg.5:16; Lc.17:3-4; Js.7:19; II Co.2:8.

CAPÍTULO XVI DAS BOAS OBRAS

I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.

Mq.6:8; Rm.12:2; Hb.13:21; Mt.15:9; Is.29:13; I Pe.1:18; Jo.16:2; Rm.10:2; I Sm.15:22; Dt.10:12-13; Cl.2:16-17,20-23.

II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, tapam a boca aos adversários e glorificam a Deus, em cuja feitura são criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.

Tg.2:18,22; Sl.116-12-13; I Pe.2:9; I Jo.2:3,5; II Pe.1:5-10; II Co.9:2; Mt.5:16; I Tm.4:12; Tt.2:5,9,12; I Tm.6:1; I Pe.2:12,15; Fp.1:11; Jo.15:8; Ef.2:10; Rm.6:22.

III. O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornarem-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.

Jo.15:4-6; Lc.11:13; Fp.2:13; Fp.4:13; II Co.3:5; Ef.3:16; Fp.2:12; Hb.6:11-12; Is.64:7.

IV. Os que alcançam pela sua obediência a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, que são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.

Lc.17:10; Gl.5:17.

V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores; e porque, como boas, procedem do Espírito e, como

nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis.

Rm.3:20; Rm.4:2,4,6; Ef.2:8-9; Lc.17:10; Gl.5:22-23; Is.64-6; Sl.143:2; Sl.130:3.

VI. Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas nele as boas obras deles, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.

Ef.1:6; I Pe.2:5; Sl.143:2; II Co.8:12; Hb.6:10; Mt.25:21,23.

VII. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

II Rs.10:30,31; Fp.1:15-16,18; Hb.11:4,6; Mc.10:20-21; I Co.13:3; Is.1:12; Mt.6:2,5,16; Ag.2:14; Am.5:21-22; Mc.7:6-7; Sl.14:4; Sl.36:3; Mt.25:41-45; Mt.23:23.

CAPÍTULO XVII DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.

Fp.1:6; Jo.10:28-29; I Pe.1:5,9.

II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.

II Tm.2:19; Jr.31:3; Jo.17:11,24; Hb.7:25; Lc.22:32; Rm.8:33-34,38-39; Jo.14:16-17; I Jo.2:27; I Jo.3:9; Jr.32:40; II Ts.3:3; I Jo.2:19; Jo.10:28.

III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Sl.51:14; Mt.26:70-74; II Sm.12:9,13; Is.64:7,9; II Sm.11:27; Ef.6:30; Sl.51:8,10,12; Ap.2:4; Is.63:17; Mc.6:52; Sl.32:3-4; II Sm.12:14; Sl.89:31-32; I Co.11:32.

CAPÍTULO XVIII DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados possam iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.

Dt.29:19; Mq.3:11; Jo.5:41; Mt.8:22-23; I Jo.2:3; I Jo.5:13; Rm.5:2,5; II Tm.4:7-8.

II. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.

Hb.6:11,17-19; I Pe.1:4-5,10-11; I Jo.3:14; Rm.8:15-16; Ef.1:13-14; Ef.4:30; II Co.1:21-22.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

I Jo.5:13; I Co.2:12; I Jo.4:13; Hb.6:11-12; II Pe.1:10; Rm.5:1-2,5; Rm.14:17; Rm.15:13; Sl.119:32; Rm.6:1-2; Tt.2:11-12,14; II Co.7:1; Rm.8:1,12; I Jo.1:6-7; Sl.130:4; I Jo.3:2-3.

IV. Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.

Ct.5:2-3,6; Sl.51:8,12,14; Ef.4:30; Sl.77:1-10; Sl.31:32; I Jo.3:9; Lc.22:32; Mq.7:7-9; Jr.32:40; II Co.4:8-10.

CAPÍTULO XIX DA LEI DE DEUS

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.

Gn.1:26; Gn.2:17; Ef.4:24; Rm.2:14-15; Rm.10:5; Rm.5:12,19.

II. Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.

Tg.1:25; Tg.2:8,10; Dt.5:32; Dt.10:4; Mt.22:37-40.

III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma igreja sob a sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas ab-rogadas sob o Novo Testamento.

Hb.10:1; Gl.4:1-3; Cl.2:17; Êx.12:14; I Co.5:7; II Co.6:17; Cl.2:14,16-17; Ef.2:15-16.

IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Êx.21:1-36,22:1-29; Gn.49:10; Mt.5:38-39.

V. A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma.

I Jo.2:3-4,7; Rm.3:31; Tg.2:8,10-11; Rm.3:19; Mt.5:18-19.

VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênçãos podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça.

Rm.6:14; Rm.8:1; Gl.3:13; Rm.7:12,22,25; Sl.119:5; I Co.7:19; Rm.7:7; Rm.3:20; Tg.1:23,25; Rm.7:9,14,24; Gl.3:24; Rm.8:3-4; Rm.7:25; Tg.2:11; Ed.9:13-14; Sl.89:30-34; Sl.37:11; Sl.19:11; Gl.2:16; Lc.17:10; Rm.6:12-14; Hb.12:28-29; I Pe.3:8-12; Sl.34:12,16.

VII. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça.

Gl.3:21; Ez.36:27; Hb.5:10.

CAPÍTULO XX DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

I. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral e em serem livres do poder deste mundo, do cativeiro de Satanás, do domínio do pecado, do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna: como também em terem livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.

Tt.2:14; I Ts.1:10; Gl.3:13; Rm.8:1; Gl.1:4; At.26:18; Rm.6:14; I Jo.1:7; Sl.119:71; Rm.8:28; I Co.15:54-57; Rm.5:1-2; Ef.2:18; Ef.3:12; Hb.10:19; Rm.8:14-15; Gl.6:6; I Jo.6:18; Gl.3:9,14; Gl.5:1; At.15:10; Hb.4:14,16; Hb.10:19-22; Jo.7:38-39; Rm.5:5.

II. Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos como coisa de consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e a mesma razão.

Rm.14:4,10; Tg.4:12; At.4:19; At.5:29; Mt.28:8-10; Cl.2:20-23; Gl.1:10; Gl.2:4-5; Gl.4:9-10; Gl.5:1; Rm.14:23; At.17:11; Jo.4:22; Jr.8:9; I Pe.3:15.

III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade

é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele todos os dias da nossa vida.

Lc.1:74-75; Rm.6:15; Gl.5:13; I Pe.2:16; II Pe.3:15.

IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.

I Pe.2:13-16; Hb.13:17; Mt.18:15-17; II Ts.3:14; Tt.3:10; I Co.5:11-13; Rm.16:17; II Ts.3:6.

CAPÍTULO XXI DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

I. A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.

Rm.1:20; Sl.119:68; Sl.31:33; At.14:17; Dt.12:32; Mt.15:9; Mt.4:9,10; Jo.4:3,24; Êx.20:4-6.

II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.

Jo.5:23; Mt.28:19; II Co.13:14; Cl.2:18; Ap.19:10; Rm.1:25; Jo.14:6; I Tm.2:5; Ef.2:18; Cl.3:17.

III. A oração com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio do seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.

Fp.4:6; I Tm.2:1; Cl.4:2; Sl.65:2; Sl.67:3; I Ts.5:17-18; Jo.14:13-14; I Pe.2:5; Rm.8:26; Ef.6:8; Jo.5:14; Sl.47:7; Hb.12:28; Gn.18:27; Tg.5:16; Ef.6:18; I Co.14:14.

IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.

Mt.26:42; I Tm.2:1-2; Jo.17:20; II Sm.7:29; II Sm.12:21-23; Lc.16:25-26; I Jo.5:16.

V. A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.

At.15:21; Ap.1:3; II Tm.4:2; Tg.1:22; At.10:33; Hb.4:2; Cl.3:16; Ef.5:19; Tg.5:13; At.16:25; Mt.28:19; At.2:42; Dt.6:13; Ne.10:29; Ec.5:4-5; Jl.2:12; Mt.9:15.

VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade - tanto em famílias

diariamente e em secreto, estando cada um sozinho, como também mais solenemente em assembleias públicas, que não devem ser descuidosas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporciona ocasião.

Jo.5:21; Mt.1:11; I Tm.2:8; Jo.4:23-24; Jr.10:25; Jó 1:5; II Sm.6:18-20; Dt.6:6-7; Mt.6:11; Mt.6:6; Is.56:7; Hb.10:25; Pv.5:34; At.2:42.

VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os séculos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.

Êx.20:8-11; Gn.2:3; I Co.16:1-2; At.20:7; Ap.1:10; Mt.5:17-18.

VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.

Êx.16:23-26,29-30, e 31:15-17; Isa.58:13; Ne.13:15-19,21-22; Is.58:13; Mt.12:1-13.

CAPÍTULO XXII DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

I. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

Dt.10:20; Êx.20:7; Lv.19:12; II Co.1:23; II Cr.6:22-23.

II. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

Dt.6:13; Jr.5:7; Mt.5:34,37; Tg.5:12; Hb.6:16; I Rs.8:31; Ne.13:25; Ed.10:5.

III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se tão somente por aquilo que é justo e bom e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal.

Êx.20:7; Jr.4:2; Gn.24:2-3,5-6,8-9; Nu.5:19,21; Ne.5:12; Êx.22:7-11.

IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental. Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.

Jr.4:2; Sl.24:4; Sl.15:4; I Sm.25:22,32-34; Ez.17:16,18-19; Js.9:18,19; II Sm.21:1.

V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade.

Is.19:21; Ec.5:4-6; Sl.66:13-14.

VI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.

Sl.76:11; Dt.23:21,23; Sl.50:14.

VII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embarçar-se.

At.23:12; Mc.6:26; I Co.2:9; Ef.4:28; I Ts.4:11-12; I Co.7:23.

CAPÍTULO XXIII DO MAGISTRADO CIVIL

I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.

Rm.13:1-4; I Pe.2:13-14.

II. Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutareis de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.

Pv.8:15-16; Sl.82:3-4; II Sm.23:3; Lc.3:14; Mt.8:9-10; Rm.13:4.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embarçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.

Hb.5:4; II Cr.26:18; Mt.16:19; I Co.4:1-2; Jo.15:36; At.5:29; Ef.4:11-12; Is.49:23; Sl.105:15; II Sm.23:3.

IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagar-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

I Tm.2:1-3; II Pe.2:17; Mt.22:21; Rm.13:2-7; Rm.13:5; Tt.3:1; I Pe.2:13-14,16; Rm.13:1; At.25:10-11; II Tm.2:24; I Pe.5:3.

CAPÍTULO XXIV DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Gn.2:24; Mt.19:4-6; Rm.7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Gn.2:18; Gn.9:1; Mt.2:15; I Co.7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas.

Hb.13:4; I Tm.4:3; Gn.24:57-58; I Co.7:39; II Co.6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consangüinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.

I Co.5:1; Mc.6:18; Lv.18:24,28.

V. O adultério ou fornicação cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Mt.1:18-20; Mt.5:31-32; Mt.19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes o decidirem seu próprio caso.

Mt.19:6-8; I Co.7:15; Dt.24:1-4; Ed.10:3.

CAPÍTULO XXV DA IGREJA

I. A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.

Ef.1:10,22-23; Cl.1:18.

II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

I Co.1:2; I Co.12:12-13; Sl.2:8; I Co.7:14; At.2:39; Gn.17:7; Rm.9:16; Mt.13:3; Cl.1:13; Ef.2:19; Ef.3:15; Mt.10:32-33; At.2:47.

III. A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para ajuntamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os tornam eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.

Ef.4:11-13; Is.59:21; Mt.28:19-20.

IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.

Rm.11:3-4; At.2:41-42; I Co.5:6-7.

V. AS igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.

I Co.1:2; I Co.13:12; Mt.13:24-30,47; Rm.11:20-22; Ap.2:9; Mt.16:18.

VI. Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.

Cl.1:18; Ef.1:22; Mt.23:8-10; I Pe.5:2-4; II Ts.2:3-4.

CAPÍTULO XXVI DA COMUNHÃO DOS SANTOS

I. Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com Ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.

I Jo.1:3; Ef.3:16-17; Jo.1:16; Fp.3:10; Rm.6:56; Rm.8:17; Ef.4:15-16; I Ts.5:11,14; Gl.6:10.

II. Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Hb.10:24-25; At.2:42,46; I Jo.3:17; At.11:29-30.

III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância da sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa, é ímpio e blasfemo. A sua comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões.

Cl.1:18; I Co.8:6; I Tm.6:15-16; At.5:4.

CAPÍTULO XXVII DOS SACRAMENTOS

I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra.

Rm.6:11; Gn.17:7-10; Mt.28:19; I Co.II:23; I Co.10:16; I Co.11:25-26; Êx.12:48; I Co.10:21; Rm.6:3-4; I Co.10:2-16.

II. Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.

Gn.17:10; Mt.26:27-28; Tt.3:5.

III. A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer, poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual,

juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.

Rm.2:28-29; I Pe.3:21; Mt.3:11; I Co.12:13; Lc.22:19-20; I Co.11:26.

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados.

Mt.28:19; I Co.11:20,23-34; Hb.5:4.

V. Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.

I Co.10:1-4.

CAPÍTULO XXVIII DO BATISMO

I. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo.

Mt.28:19; I Co.12:13; Rm.4:11; Cl.2:11-12; Gl.3:27; Tt.3:5; Mc.1:4; At.2:38; Rm.6:3-4; Mt.28:19-20.

II. O elemento exterior usado neste sacramento, é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

At.10:47; At.8:36-38; Mt.28:19.

III. Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão.

At.2:41; At.10:46-47; At.16:33; I Co.10:2.

IV. Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados.

At.9:18; Gn.17:7,9; Gl.3:9,14; Rm.4:11-12; At.2:38-39.

V. Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.

Lc.7:30; Êx.4:24-26; Dt.28:9; Rm.4:11; At.8:13,23.

VI. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado.

Jo.3:5,8; Gl.3:27; Ef.5:25-26.

VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.

Tt.3:5.

CAPÍTULO XXIX DA CEIA DO SENHOR

I. Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao Fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e

crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico.

I Co.11:23-26; I Co.10:16-17,21; I Co.12:13.

II. Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que Ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.

Hb.9:22,25-26,28; Mt.26:26-27; Lc.22:19-20; Hb.7:23-24,27; Hb.10:11-12,14,18.

III. Nesta ordenança o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice dele participando também e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação.

Mc.14:22-24; At.20:7; I Co.11:20.

IV. A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo.

I Tm.1:3-4; I Co.11:25-29; Mt.15:9.

V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que verdadeira, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; porém em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.

Mt.26:26-28; I Co.11:26-28.

VI. A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão, destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria.

At.3:21; I Co.11:24-26; Lc.24:6,39.

VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais.

I Co.11:28; I Co.10:16.

VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor para a sua própria condenação; portanto eles como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado.

I Co.11:27,29; I Co.10:21; II Co.6:14-16; I Co.5:6-7,13; II Ts.3:6,14-15; Mt.7:6.

CAPÍTULO XXX DAS CENSURAS ECLESIAÍSTICAS

I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil.

Is.9:6-7; I Tm.5:17; I Ts.5:12; At.20:17,28; I Co.12:28.

II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Mt.16:19; Mt.18:17-18; Jo.20:21-23; II Co.2:6-8.

III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores para impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seios dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.

I Co.5:1-13; I Tm.5:20; I Tm.1:20; Jd.23.

IV. Para melhor conseguir estes fins, os oficiais da Igreja devem proceder na seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor e exclusão da Igreja.

Mt.18:17; I Ts.5:12; II Ts.3:6,14-15; I Co.5:4-5,13.

CAPÍTULO XXXI DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembleias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.

At.15:2,4,6; At.20:17,28; Ap.2:1-6.

II. Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má administração e peremptoriamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidos com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra.

At.16:4; At.15:27-31.

III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.

At.17:11; I Co.2:5; II Co.1:24.

IV. Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.

Lc.12:13-14; Jo.18:36; Mt.11:21.

CAPÍTULO XXXII DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

I. Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus aonde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

Gn.3:19; At.13:36; Lc.23:43; Ec.12:7; Ap.7:4,15; II Co.5:1,8; Fp.1:23; At.3:21; Ef.4:10; Rm. 5:23; Lc.16:25-24.

II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.

I Ts.4:17; I Co.15:51-52; I Co.15:42-44.

III. Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.

At.24:15; Jo.5:28-29; Fp.3:21.

CAPÍTULO XXXIII DO JUIZO FINAL

I. Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo.

At.17:31; Jo.5:22,27; Jd.6; II Pe.2:4; II Co.5:10; Ec.12:14; Rm.2:16; Rm.14:10,12; Mt.12:36-37.

II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.

Rm.9:22-23; Mt.25:31-46; Rm.2:5-6; II Ts.1:7-10; Mt.25:21; At.3:19.

III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer - "Vem logo, Senhor Jesus". Amém.

II Pe.3:11,14; II Co.5:11; II Ts.1:5-7; Lc.21:27-28; Mt.24:36,42-44; Mc.13:35-37; Lc.12:35-36; Ap.22:20.

PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS

Considerando a conveniência de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, foram acrescentados os seguintes capítulos:

CAPÍTULO XXXIV DO ESPÍRITO SANTO

I. O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos.

Mt.3:16-17; Mt.28:19; II Co.13:13; Jo.15:26; Jo.16:13,14; Jo.17:24.

II. É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os Profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo.

Rm.8:2; Gn.1:2; Sl.139:7; Jo.16:13,14; II Pe.1:19-21; Jo.14:16; Jo.16:7-11; At.7:51-53.

III. O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lho pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os gratiosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção.

Lc.11:13; At.1:5; At.5:32; Jo.16:8; At.2:37-38; Tt.3:4-7; At.8:29,37; I Co.12:13; I Co.3:16,17; Rm.8:15; Ef.4:30.

IV. Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus.

Ef.1:22,23; At.20:28; I Co.12:11; Ef.5:27.

CAPÍTULO XXXV DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

I. Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho.

Jo.3:16; I Tm.4:10; Mc.16:15.

II. No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça.

Jo.3:16; Jo.14:6; At.4:12; I Jo.5:12; Mc.16:15; Ef.2:4,8-9.

III. As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição.

Jo.5:24; Jo.3:18.

IV. Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo.

Jo.14:6; At.4:12; Rm.10:17; Mt.28:19-20; I Co.4:2; II Co.9:6-7,10.

A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS

Pessoas há que estranham adotar a Igreja Presbiteriana uma Confissão de Fé e Catecismo como regra de fé, quando sustenta sempre ser a Escritura Sagrada sua única regra de fé e de prática. A incoerência é apenas aparente. A Igreja Presbiteriana coloca a Bíblia em primeiro lugar. É ela só que deve obrigar a consciência.

É também princípio fundamental da Igreja Presbiteriana que toda autoridade eclesiástica é ministerial e declarativa; que todas as decisões dos concílios devem harmonizar-se com a revelação divina. A consciência não se deve sujeitar a essas decisões se forem contrárias à Palavra de Deus.

Ainda outro princípio da mesma Igreja é que os concílios, sendo compostos de homens falíveis, podem errar, e muitas vezes têm errado. Suas decisões, portanto, não podem ser recebidas como regra absoluta e primária de fé e prática; servem somente para ajudar na crença ou na conduta que se deve adotar. O supremo juiz de todas as controvérsias, em matéria religiosa, é o Espírito Santo falando na e pela Escritura. Por esta, pois, devem-se julgar toda e qualquer decisão dos concílios e toda e qualquer doutrina ensinada por homens.

Admitir-se a falibilidade dos concílios não é depreciar a autoridade da Confissão de Fé e dos Catecismos para aqueles que de livre vontade os aceitem. Admitindo tal, a Igreja somente declare que depende do Autor da Escritura, e recebe a direção do seu Espírito na interpretação da Palavra e nas fórmulas de aplicar suas doutrinas. A Igreja Presbiteriana sustenta que a Escritura é a suprema e infalível regra de fé e prática; e também que a Confissão de Fé e os Catecismos contêm o sistema de doutrina ensinado na Escritura, e dela deriva toda a sua autoridade e a ela tudo se subordina.

É justamente porque cremos que a Confissão de Fé e os Catecismos estão em harmonia com a Escritura, nossa regra infalível, que os aceitamos. Não existem, pois, na Igreja Presbiteriana, duas regras de fé, mas uma só, suprema e infalível. As outras fórmulas são subordinadas e falíveis, necessárias para a pureza, governo e disciplina da Igreja. Assim a experiência de muitos séculos o tem demonstrado.